

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO		
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA		
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		

DECISÃO

OFÍCIO – JUNTADA.

**INQUÉRITO – DEPOIMENTO DE
COLABORADOR –
ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza assim retratou o caso:

O inquérito foi instaurado, a pedido do Procurador-Geral da República, visando investigar a suposta prática, por Pedro Paulo Carvalho Teixeira, deputado federal, e Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da

INQ 4435 / DF

Lei nº 7.492/1986. O Órgão acusador apontou declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Postulou o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimentos referidos.

Vossa Excelência, em 4 de fevereiro último, acolheu o pedido, formalizado por meio do Ofício nº 333/2018, de cópia dos depoimentos prestados por colaboradores para instrução do inquérito civil nº 2016.00702656, em tramitação na Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Com a petição/STF nº 3.895/2019, protocolada em 5 de fevereiro de 2019, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro encaminha o Ofício nº 35/2019, da Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, no qual reitera o pleito formulado mediante o Ofício nº 333/2018. Requer, caso já tenha sido atendida a solicitação, seja informado o número do documento de resposta.

2. Juntem a petição e o ofício do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

3. Segundo consta das informações, o pedido de extração de cópia formalizado por meio do Ofício nº 333/2018, foi deferido em 4 de fevereiro último. Surge o prejuízo do pleito veiculado mediante o de nº 35/2019, no que pretendida idêntica providência.

4. À Secretaria Judiciária, para certificar o cumprimento da decisão proferida, alusiva à remessa da cópia solicitada e, caso já implementada a providência, comunicar o número do ofício de encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro.

INQ 4435 / DF

5. Providenciem.

6. Publiquem.

Brasília, 26 de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator